

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA - ES**

**URGENTE: Data designada para abertura 29.04.2022**  
**Edital – Pregão Eletrônico nº 172/2021**

**QUIRINO FERREIRA**, brasileiro, separado judicialmente, advogado com inscrição na OAB/SP sob o nº 154.291, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.952.128-03, domiciliado na Avenida Portugal, nº 1.629, conjunto 93, Brooklin, CEP: 04559-003, e-mail: [quirino\\_ferreira@uol.com.br](mailto:quirino_ferreira@uol.com.br), cidadão regular com suas obrigações eleitorais (doc. 01 e 02), vem tempestivamente, requerer

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

com fundamento no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, e no item 6.1 do Edital epígrafado, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

**1. TEMPESTIVIDADE**

A data fixada para a apresentação das Propostas foi o dia 29 de abril de 2022, portanto a presente Impugnação é tempestiva, porquanto, nos termos do Item 6.1 do Edital, deve ser requerida antes do terceiro dia útil que antecede a data fixada para apresentação das propostas.

## 2. DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico para execução de **prestação de serviços de manutenção de áreas verdes**, cuja Sessão de Abertura será realizada em 29.04.2022, às 9h30, conforme indicado no respectivo Edital.

Ressalte-se ter havido **dois Editais anteriores** cujas Sessões de Abertura estavam previstas para 28.09.2021 e 08.02.2022. Por conta de Impugnações aduzidas por interessadas, tiveram seus teores modificados em partes.

Representando empresas interessadas em participar do Certame, o ora Requerente procedeu à análise do Edital e seus anexos. Todavia, constatou ainda a presença de irregularidades que atentam contra os princípios basilares do direito público, bem como princípios e normas específicas que regem matéria, dando ensejo a interposição da presente Impugnação, pelas considerações abaixo aduzidas.

Considerando o caráter prejudicial das questões levantadas nesta peça, o Requerente solicita que a decisão da Comissão seja divulgada antes da data designada para entrega das propostas (29.04.2022), bem como seja imediatamente suspenso o presente Certame, pela impossibilidade jurídica de prosseguir.

## 3. PRELIMINARMENTE – O EDITAL FOI REPUBLICADO PELA 3ª VEZ – INSTRUMENTO DESCONFIGURADO E ILEGAL

De início, destaque-se que devido às inúmeras impugnações aduzidas pelas interessadas, o procedimento foi suspenso duas vezes e teve seu Edital republicado com alterações também duas vezes.

Esse vai e vem e as inúmeras decisões dessa Comissão a respeito de cada uma dessas Impugnações, sem sanear o procedimento licitatório, com a devida vênia, acabam por prejudicar o processo e a competição em si.

O presente instrumento licitatório é reflexo de alterações diversas e se presta mais a confundir os participantes do que tornar claro e objetivo o objeto e os requisitos do presente Certame. Só na última publicação contemplou mudanças diversas como: correção do índice Cofins de 7,2% para 7,6%, correção da quantidade de caminhões

indicados na planilha X, revisão dos valores da gasolina e óleo diesel e também do custo de mão-de-obra, entre muitas outras.

Essas inúmeras e distintas decisões, sem sombra de dúvida, ao invés de dar um direcionamento objetivo aos interessados, atrapalham e confundem os possíveis licitantes com regras alteradas e adicionadas a todo instante.

Com o devido respeito, o mais acertado aqui seria de fato sanear o processo licitatório de forma a resolver as irregularidades apontadas pelas partes e não incluir novos itens e frustrar ainda mais o Certame.

Requer-se assim, que a presente preliminar seja acolhida para fins de se determinar o saneamento do feito e colocá-lo nos trilhos sob pena de se prejudicar a competição em si, os concorrentes e a sociedade como todo.

#### **4. INCONGRUÊNCIAS E IRREGULARIDADES VERIFICADAS NO CORPO DO EDITAL**

##### **4.1 DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO NO PRESENTE CASO**

A despeito desta il. Comissão já ter enfrentado e descartado o presente argumento, cumpre destacar, logo de início, não haver dúvidas a respeito da total incompatibilidade da modalidade Pregão Eletrônico com o objeto que se pretende contratar, conforme consta do Edital, a saber:

“2.2. Compreende a execução de todos os serviços de produção de mudas, jardinagem e arborização necessários, incluindo o corte de grama, poda de vegetais, corte e remoção de árvores, refilamento, coroamento, abertura e manutenção de aceiros e trilhas, correção do PH do solo, adubação química e orgânica, revolvimento manual e substituição do solo em áreas ajardinadas para o preparo de canteiro e de leiras de produção de mudas, reforma de canteiros e jardins, reposição de mudas, plantio e replantio, irrigação, pequenos acertos de terreno para desvio de águas pluviais e outros serviços correlatos, eventuais extermínio e remoção cupinzeiros, vespeiros, colméias e formigueiros, tratamento fitossanitário em geral (controle de pragas, doenças e dendrocirurgia), todos estes a serem executados com instrumental de trabalho adequado e estritamente de acordo com os preceitos da boa técnica. Os serviços a serem executados

ocorrerão estritamente de acordo com as determinações técnicas da Contratante.”

Da simples leitura do trecho supra do Edital, é notório o nível de especialização exigido para tais serviços o que vai de encontro à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a qual estabelece que o Pregão se destina apenas à **contratação de serviços comuns**:

“Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.”

Ademais, a exigência de CREA e atestados técnicos dos profissionais responsáveis pelos serviços a serem contratados falam por si só e comprovam tratar-se de serviço especializado e não “comum” como reza o artigo acima transcrito.

A complexidade e relevância do objeto licitado é cristalina da análise do Edital e seus Anexos. Soma-se a isto a notória existência de impacto ambiental das atividades a serem realizadas pela empresa contratada, bem como para a saúde pública, na medida em que os serviços envolvem não só a limpeza urbana, mas o tratamento e manejo de resíduos sólidos.

Não é outro o entendimento jurisprudencial recente a respeito do tema:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. APELAÇÃO. REMESSA OFICIAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. **LICITAÇÃO. SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO.** 1. O direito líquido e certo, a ser amparado por mandado de segurança, é aquele que pode ser comprovado de plano, desafiando prova pré-constituída, já que o referido remédio constitucional não comporta dilação probatória. 2. A licitação na modalidade de pregão, na forma da Lei 10.520/02, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, considerando-os como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado". 3. Hipótese em que é possível verificar, de um simples exame do edital, que as atribuições da empresa vencedora não se limitam a simples supervisão, medição e elaboração de relatórios de andamento da obra, mas abrangem também a prestação de serviços especializados de Engenharia, como a apresentação de pareceres técnicos, do que se conclui que vão além das especificações técnicas e afastam a natureza de serviço comum do objeto a ser licitado. 4. Impõe-se reconhecer a ilegalidade do pregão eletrônico promovido pelo DNIT quando o termo de referência contempla atividades

que demandam evidente qualificação técnica específicas, as quais se sobrepõem àquelas admitidas para a licitude do procedimento licitatório realizado por tal modalidade. (TRF4 5023452-06.2018.4.04.7200, TERCEIRA TURMA, Relator ROGERIO FAVRETO, juntado aos autos em 25/03/2021)

Na remota hipótese de subsistir qualquer dúvida a respeito da questão vale apontar que limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são considerados especializados pelo Novo Marco de Saneamento (Lei nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020):

“Art. 3º-C Consideram-se SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIALIZADOS de **limpeza urbana** e de **manejo de resíduos sólidos** as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos (...)”

Isto posto, insiste-se, não há qualquer dúvida de que o Edital deve ser imediatamente corrigido e o certame suspenso até sua nova publicação, respeitando-se os ditames legais.

#### **4.2 DA EXIGÊNCIA DO CADASTRO NO INSTITUTO DE DEFESA E AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO:**

Cumprido destacar, ainda de início, não haver dúvidas a respeito do total descabimento da utilização de produtos agrotóxicos e afins em área urbana e seu cadastro no IDAF do Espírito Santo (Instituto de Defesa e Agropecuária e Florestal), conforme subitem 23.6.9, confira-se:

“A Contratada deverá ter autorização prévia do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) como aplicador de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins.”

Ora não faz nenhum sentido a utilização de produtos agrotóxicos tendo em vista que o objeto da concorrência em epígrafe é a “contratação de empresa especializada, para executar os serviços de paisagismo e poda de árvores”.

A despeito de toda a polêmica e gravidade do tema, parece necessário apontar que não há qualquer justificativa e/ou respaldo técnico para se exigir a Aplicação de Produtos Agrotóxicos durante a execução de serviços de paisagismo, poda de árvores e manutenção de áreas verdes em geral, especialmente em se tratando de áreas urbanas.

Ademais, a recomendação técnica vai em sentido contrário, ou seja, no sentido de restringir a aplicação de tais produtos em locais abertos ao público.

Nesse exato sentido a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), responsável pela fiscalização e consumo de produtos agrotóxicos, publicou, por intermédio da sua Diretoria Colegiada, em 15 de janeiro de 2010, a Nota Sobre o Uso de Agrotóxicos em Área Urbana (doc. 3).

Dentre as recomendações quanto ao uso de agrotóxicos em ambiente urbano, merecem destaque:

*“1. Durante a aplicação de um produto agrotóxico, se faz necessário que o trabalhador que venha a ter contato com o produto, utilize equipamentos de proteção individual. Em áreas urbanas outras pessoas como moradores e transeuntes poderão ter contato com o agrotóxico, sem que estejam com os equipamentos de proteção e sendo impossível determinar-se às pessoas que circulem por determinada área que vistam roupas impermeáveis, máscaras, botas e outros equipamentos de proteção.”*

*“2. Em qualquer área tratada com produto agrotóxico é necessária a observação de um período de reentrada mínimo de 24 horas, ou seja, após a aplicação do produto, a área deve ser isolada e sinalizada e, no caso de necessidade de entrada no local durante este intervalo, o uso de equipamentos de proteção individual é imperativo. Esse período de reentrada é necessário para impedir que pessoas entrem em contato com o agrotóxico aplicado, o que aumenta muito o **risco de intoxicação**. Em ambientes urbanos, o completo e perfeito isolamento de uma área por pelo menos 24 horas é impraticável, isto é, não há meios de assegurar que toda a população seja adequadamente avisada sobre os riscos que corre ao penetrar em um ambiente com agrotóxicos, principalmente em se tratando de crianças, analfabetos e deficientes visuais.”*

Isto posto, não resta qualquer dúvida a respeito dos graves riscos que o contato com tais produtos apresenta para a saúde das pessoas, animais, plantas, solo e meio ambiente como um todo. Tais riscos podem e devem ser evitados por meio do provimento da presente Impugnação e imediata correção do Edital no que diz respeito ao **indevido uso de produtos agrotóxicos** no presente caso.

Vale destacar que existem alternativas que permitem o controle de pragas e doenças de plantas em ambientes urbanos sem a necessidade do uso de agrotóxicos e que ainda preservam a saúde de humanos, animais e do meio ambiente como um todo.

Não há qualquer dúvida que o subitem 23.6.9 do Edital em questão, que exige o Cadastro no Instituto de Defesa e Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo na categoria “Aplicador de Produtos Agrotóxicos”, deve ser prontamente excluído do instrumento convocatório.

Seguindo o mesmo, deverá ser proibido também o uso de agrotóxicos no item 23.6.6, que dispõe sobre o tratamento fitossanitário. Realizados os ajustes ora apontados, é importante que se inclua a exigência de tecnologia que não agrida o meio ambiente e sobretudo, preserve a saúde da população.

Isto posto, não há qualquer dúvida de que o Edital deve ser imediatamente corrigido e o Certame suspenso até sua nova publicação, respeitando-se os preceitos legais e a saúde da população e do meio ambiente.

#### **4.3 DAS INCONTESTÁVEIS FALHAS NA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS CONSTANTES DO EDITAL**

Ultrapassada a gravíssima questão do uso indevido de agrotóxicos, no que não se acredita, cumpre-se destacar, ainda de início, não haver dúvidas a respeito dos equívocos relacionados à composição de custos trazidos por mais este Edital.

Esse tema é de extrema importância tendo em vista que a correta composição de custos garante que o preço final da contratação esteja de acordo com os valores de mercado, evitando quaisquer prejuízos à Administração Pública.

##### **4.3.1 – Composições de preços unitários (Anexo II)**

Cumpra-se observar que a aba “Administração local” que constava na primeira versão do Edital, foi excluída no segundo Edital. Neste mesmo segundo Edital, após sua suspensão, a Municipalidade apresentou esclarecimentos no que diz respeito à essa despesa e informou estar embutida no BDI.

Analisando o quadro do BDI nesse novo Edital (3º), encontramos:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA		
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1146529/2021		CONTRATO nº 045/2021
COMPOSIÇÃO BDI		
CUSTOS	PORCENTUAL (%)	
1 – CUSTOS INDIRETOS (CI)		
1.1 – RISCOS E EVENTUAIS	0.75%	
1.2 – DESPESAS FINANCEIRAS	0.80%	
1.3 – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	9.98%	
1.5 - SEGUROS	0.35%	11.88%
2 – LUCRO (L)		
2.1 - LUCRO	10.00%	21.88%
3 – TRIBUTOS (TR)		
3.1 – COFINS	5.32%	
3.2 – PIS	1.16%	
3.3 – ISS = ( % sobre o faturamento)	5.00%	11.48%
BDI = (1+ Riscos+Administração central + seguro)*(1+despesas financeiras)*(1 + lucro)		
(1 – tributos)		
BDI =	39.13%	

Isto posto, questiona-se: em qual item ou subitem do quadro acima, a Administração Local está sendo considerada? Tal questão precisa ser esclarecida por esta il. Comissão, sob pena de ser prejudicar a continuidade do Certame.

#### **4.3.2 – Área livre – (Subitem 8.2 – Anexo II – Composições de custos)**

Além disso, no que diz respeito a área livre, estão sendo indicados 2 (dois) caminhos no subitem 23.7.5 do anexo I – Projeto básico, conforme abaixo:



23.7.5 Veículos e equipamentos mínimos para realização dos serviços:

a) 02 (dois) caminhões leves com carroceria 3/4 com cabine, distância entre eixos de 3.700 mm a 4.500 mm. Cada veículo deverá ter uma cabine **suplementar** para transporte dos operários, além do transporte de cimento, areia, bobona de água, entulho, equipamentos e ferramentas de trabalho. **Os veículos em operação deverão ter no máximo 05 anos de fabricação** e em perfeitas condições de uso, atestadas sempre que necessário por um profissional devidamente habilitado. Deverá ser disponibilizado **01 (um) banheiro químico** para atender as necessidades fisiológicas da equipe durante a execução dos serviços de área livre.

Já no quadro abaixo retirado da composição de custos desse item, considera-se apenas 1 (um) caminhão:

<b>2. EQUIPAMENTOS</b>				
<b>2.1. CAMINHÃO LEVE CARROCERIA COM CABINE PARA 6 PESSOAS</b>				
<b>2.1.1. COMBUSTÍVEL</b>				<b>QUANT.KM/MES =</b>
				<b>QUANT.CAMINHÕES=</b>
	QUANT.KM/MÊ	R\$/LITRO	KM/LITRO	R\$/MÊS
TOTCOMB	1.134	5,48	4,00	1.552,29
<b>2.1.2. LUBRIFICAÇÃO</b>				
LUBRIFICANTES E FILTROS % DO CONSUMO DE DIESEL			10%	R\$/MÊS
TOTLUB				155,23
<b>2.1.3. LAVAGEM</b>				
	QUANT./MÊS	PREÇO UN.	R\$/MÊS	
TOTLAV	8	100,00	800,00	

Tendo em vista a contrariedade das informações acima indicadas, requer-se a imediata correção do Edital para que a licitação possa seguir seu curso sem irregularidades.

**4.3.3 – Rodagem dos Pneus (Anexo II – Composições de custos)**

Outro ponto que deverá ser ajustado de imediato sob pena de prejudicar o procedimento licitatório é o seguinte:

A planilha de custos contém previsões acerca do quantitativo, da capacidade de rodagem e dos custos provenientes dos pneus, novos ou recauchutados, que serão utilizados pelos veículos.

No exemplo abaixo, nota-se que a estimativa de vida útil para pneus de um caminhão leve foi estimada pela Municipalidade em cerca de 80.000 (oitenta mil) quilômetros:

2.1.4. PNEUS			
DESCRIÇÃO	QUANT/ANO	PREÇO UN.	R\$/TOTAL
PNEUS	6	1.329,00	7.974,00
RECAPAGEM	12	369,00	4.428,00
TOT PARC.			12.402,00
KM VIDA ÚTIL DO CONJUNTO RODAGEM			80.000,00
			R\$/MÊS
CUSTO RODAGEM = TOTPARC x KM/MÊS / KM VIDA			175,81

No entanto, esse cálculo superestima a verdadeira capacidade de rodagem dos pneus. Primeiramente, deve-se considerar que, de acordo com a ABR (Associação Brasileira do Segmento de Reforma de Pneus), um pneu recauchutado dura, no máximo, metade do tempo que um pneu novo nas mesmas condições.

Diante disso, é preciso considerar uma média de 50 a 60 mil quilômetros de vida útil para um pneu novo e, para o recauchutado ou recapado, a previsão de durabilidade é de 25 a 30 mil quilômetros. Devido ao seu uso urbano, deverá ser considerado o número menor, ou seja, 50 mil quilômetros e 25 mil quilômetros respectivamente.

Dito isto, é imperioso o recálculo dos custos provenientes dos pneus com base em suas reais capacidades de rodagem, diferenciando a vida útil do pneu novo e do pneu recauchutado.

#### **4.3.4 – Anexo II – Composições de custos**

No que diz respeito ao Plantio de árvores – mudas pequenas > 1,8 < 3,9 m em área pavimentada (subitem 1.1), são listados os seguintes equipamentos:

4. RESUMO DOS CUSTOS		
4.1. MÃO-DE-OBRA DIRETA		40.177,85
4.2. UNIFORMES / EPI		739,58
4.3. INSUMOS		7.069,34
4.4. CAMINHÃO CARROCERIA		10.771,17
4.5. MARTELETE ROMPEDOR		209,86
4.6. GERADOR DE ENERGIA		423,49
4.7. BANHEIRO QUIMICO		134,50
4.8. CARRO LEVE		390,80
4.9. FERRAMENTAL		253,69
TOTAL PARCIAL		60.170,28
4.10 BDI	39,13%	23.544,63
TOTAL (1)		83.714,91
PRODUTIVIDADE (2)		140,00
VALOR POR ARVORE PLANTADA = (1) / (2)		597,96

No entanto no projeto básico, os equipamentos em destaque (“marteleto rompedor” e “gerador”) não estão listados.

A contradição é notória! Rever e esclarecer esse ponto é essencial para que o procedimento não siga viciado e prejudique a Administração Pública e consequentemente a sociedade como um todo.

#### **4.3.5 – Anexo Projeto Básico**

Mas não é só.

A respeito da retirada de árvores tipos 1, 4, 7 e 10 (Subitem 23.2.4), é indicada/exigida a seguinte mão de obra para a operação do referido serviço:

- 23.2.4 Mão de obra mínima a ser considerada na composição de 01 (uma) equipe:
- a) 4 (quatro) jardineiros;
  - b) 1 (um) jardineiro (operador de motosserra);
  - c) 1 (um) jardineiro (operador de moto-poda);
  - d) 1 (um) supervisor de turma;
  - e) 90% (noventa por cento) de motorista de caminhão médio com braço mecânico. Esta mão de obra será otimizada com o item de serviço Plantio de Árvores;
  - f) 1 (um) pedreiro – utilizado na restauração das calçadas de áreas pavimentadas nas retiradas Tipo 1; 4; 7 e 10;
  - g) 1 (um) ajudante de pedreiro – utilizado na restauração das calçadas de áreas pavimentadas nas retiradas Tipo 1; 4; 7 e 10.

A soma do quantitativo de funcionários para a retirada de árvores tipos 1, 4, 7 e 10, corresponde a um total de 10 funcionários por equipe em operação.

Certo é que, com esse cálculo, percebe-se que o dimensionamento de veículos não será suficiente para o transporte dos passageiros na realização dos serviços de forma segura e com respeito à lei.

Confira-se:

A PORTARIA DENATRAN N º 64, DE 24 DE MARÇO DE 2016, que estabelece o Anexo da Resolução nº 292, de 29 de agosto de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que dispõe sobre as modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências disciplina o seguinte quanto ao uso de cabine suplementar:

Cabine Suplementar: Equipamento veicular destinado ao transporte de passageiros, separada da cabine do veículo, cuja lotação, incluindo a lotação do veículo original, **não seja superior 9 (nove) ocupantes**. Ex: Em caminhões cuja lotação seja igual a 3 (três) ocupantes **a cabine suplementar poderá ter no máximo 6 (seis) ocupantes**. (Grifamos)

Ou seja, a capacidade máxima de transporte de passageiros em caminhão com cabine suplementar é de no máximo 9 (nove) pessoas, e nesses 4 (quatro) tipos de retirada de árvores está sendo exigido 10 (dez) funcionários.

Há que se dizer que, se mantidas as especificações exigidas no Edital, ou as propostas serão formuladas de forma insuficiente (uma vez que os veículos não serão suficientes para sua finalidade), ou haverá um incentivo para o descumprimento frontal das normas de trânsito para a circulação de veículos.

#### **4.3.6 – Anexo II – Composições de custos**

No que diz respeito à Área livre (subitem 8.1), são apresentados os seguintes equipamentos:

3. RESUMO DOS CUSTOS		
3.1. MÃO-DE-OBRA DIRETA		47.379,52
3.2. UNIFORMES / EPI		736,07
3.3. FERRAMENTAL		1.172,62
3.4. INSUMOS		12.770,16
3.5. CAMINHÃO LEVE CARROCERIA COM CABINE		12.377,28
3.6. BANHEIRO QUIMICO		134,50
3.7. MARTELE ROMPEDOR		209,86
3.8. GERADOR DE ENERGIA		792,59
3.9. VEICULO LEVE		784,66
TOTAL PARCIAL		76.357,25
3.10. BDI	39,13%	29.878,59
TOTAL (1)		106.235,84
PRODUTIVIDADE (2)		160,00
VALOR POR UNIDADE = (1) / (2)		663,97

No entanto no projeto básico, os equipamentos em destaque (“marteleto rompedor” e “gerador”) novamente não estão listados.

Tal questão necessita ser corrigida de pronto sob pena de ser dar continuidade à um procedimento com pontos obscuros, o que não se pode admitir.

#### **4.3.7 – Anexo II – Composições de custos**

Outra questão ainda no que diz respeito à composição de custos merece a atenção e correção desta il. Comissão: o Subitem 3.2.20 – Gasolina.

Ao que se vê o valor do litro da gasolina comum foi listado em R\$ 6,81 (seis reais e oitenta e um centavos):

Garfo	und	42,18
Gasolina	l	6,81
Grama esmeralda	m2	7,03

No entanto, há de se considerar que de acordo com o levantamento de valores pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, gás natural e biocombustíveis), média atual considerada é de R\$ 7,253 (sete reais e vinte e cinco centavos) por litro de gasolina.

Veja-se:

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP  
COORDENADORIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA  
SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

Síntese dos Preços Praticados - VITORIA  
Resumo I - GASOLINA COMUM R\$/l  
Período: De 27/03/2022 a 02/04/2022

RELAÇÃO DE POSTOS PESQ	
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO
RM 1 - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	AVENIDA JOSE MARIA VIVACQUA SANTOS, 835
POSTO ARVOREDO LTDA	AVENIDA VITORIA, 2667
POSTO AVENIDA VITORIA EIRELI	AVENIDA VITORIA, 3020
POSTO DE COMBUSTIVEL IDEAL EIRELI	AVENIDA VITORIA, 3031
ARARA AZUL REDE DE POSTOS LTDA.	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 1300
POSTO SANTA RITA LTDA	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 3227
COMERCIAL NORTE SUL LTDA	AVENIDA MARUIPE, 2757
AUTO POSTO ESCOLA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES E SERVICOS LTDA	AVENIDA AMERICO BUAIZ, 1.285 : POSTO;
POSTO EUCALIPTO LIMITADA	AVENIDA MARUIPE, 1685
POSTO TRILHA LTDA	AVENIDA JOSE MARIA VIVACQUA SANTOS, 1.250 LOJA: 02;
AUTO POSTO DA ILHA LTDA	AVENIDA LEITAO DA SILVA, 420
POSTO CAMBURI DO GAS LTDA	RUA GELU VERVLOET DOS SANTOS, 1150
POSTO THIAGO LIMITADA	AVENIDA CEZAR HILAL, 868
POSTO PARADA VITORIA LTDA	AVENIDA MARECHALCAMPOS, 370
J. S. PETROLEO E COMERCIO LTDA.	AVENIDA DANTE MICHELINI, 2461
AUTO POSTO VITORIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	RUA OLYMPIO RODRIGUES PASSOS, 14 LOJA 01
AUTO POSTO PRESIDENTE LTDA	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 808
AUTO POSTO PRAIA DE CAMBURI LTDA	AVENIDA DANTE MICHELINI, 1187
POSTO DE COMBUSTÍVEIS MIRANTE LTDA	AVENIDA JOSE MARIA VIVACQUA SANTOS, 1675
POSTO LDP LTDA	RUA DESEMBARGADOR FERREIRA COELHO, 381

PREÇO VENDA	
MÉDIA	7,253
DESVIO PADRÃO	0,113
VALOR MÍNIMO	7,169
VALOR MÁXIMO	7,599

Data de Emissão : 08/04/2022

Assim, não há qualquer razão lógica em se manter o valor indicado no Edital sob pena de se prejudicar a parte vencedora, toda a cadeia e também a Administração Pública.

Faz-se necessária a imediata correção do preço do litro da gasolina, em todos as menções feitas no anexo II, para o valor de R\$ 7,253/litro.

Dito isso os itens apontados acima precisam ser corrigidos prontamente sob pena e risco sérios de macular todo o processo licitatório.

#### **4.3.8 – Anexo II – Composições de custos**

Seguindo exatamente a mesma linha de raciocínio da questão anterior e, conforme se verifica na planilha abaixo, o Edital indicou o valor do litro do Óleo diesel em R\$ 5,48 (cinco reais e quarenta e oito centavos):

Nível	und	59,30
Óleo diesel	l	5,48
Óleo dois tempos	l	30,20

Porém, novamente há de se trazer as informações oficiais da ANP a respeito da média de valor com base em recente levantamento de preços:

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP COORDENADORIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA SISTEMA DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS	
Síntese dos Preços Praticados - VITORIA Resumo I - OLEO DIESEL S10 R\$/l Período: De 27/03/2022 a 02/04/2022	
RELAÇÃO DE POSTOS PESQ	
RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO
POSTO AVENIDA VITORIA EIRELI	AVENIDA VITORIA, 3020
AUTO POSTO ESCOLA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES E SERVICOS LTDA	AVENIDA AMERICO BUAIZ, 1.285 : POSTO;
POSTO THIAGO LIMITADA	AVENIDA CEZAR HILAL, 868
POSTO EUCALIPTO LIMITADA	AVENIDA MARUIPE, 1685
POSTO CAMBURI DO GAS LTDA	RUA GELU VERVLOET DOS SANTOS, 1150
POSTO ARVOREDO LTDA	AVENIDA VITORIA, 2667
POSTO SANTA RITA LTDA	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 3227
J. S. PETROLEO E COMERCIO LTDA.	AVENIDA DANTE MICHELINI, 2461
POSTO DE COMBUSTIVEL IDEAL EIRELI	AVENIDA VITORIA, 3031
COMERCIAL NORTE SUL LTDA	AVENIDA MARUIPE, 2757
ARARA AZUL REDE DE POSTOS LTDA.	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 1300
AUTO POSTO VITORIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	RUA OLYMPIO RODRIGUES PASSOS, 14 LOJA 01
AUTO POSTO DA ILHA LTDA	AVENIDA LEITAO DA SILVA, 420
POSTO PARADA VITORIA LTDA	AVENIDA MARECHALCAMPOS, 370
POSTO TRILHA LTDA	AVENIDA JOSE MARIA VIVACQUA SANTOS, 1.250 LOJA: 02;
AUTO POSTO PRESIDENTE LTDA	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 808
AUTO POSTO PRAIA DE CAMBURI LTDA	AVENIDA DANTE MICHELINI, 1187
POSTO DE COMBUSTÍVEIS MIRANTE LTDA	AVENIDA JOSE MARIA VIVACQUA SANTOS, 1675
POSTO LDP LTDA	RUA DESEMBARGADOR FERREIRA COELHO, 381
PREÇO VENDA	
MEDIA	6,426
DESVIO PADRÃO	0,223
VALOR MÍNIMO	6,099
VALOR MÁXIMO	6,999
Data de Emissão : 08/04/2022	

O devido ajuste do valor, considerando a média oficial pela agência responsável é medida que se impõe, devendo ser efetuada a necessária correção do preço do litro do óleo diesel, em todas as menções do anexo II, para o valor de R\$ 6,426/litro.

Sendo assim é imprescindível, mais uma vez, a suspensão do Certame para o esclarecimento e correção dos mencionados itens a fim de se evitar macula integral do procedimento.

Tais pontos são, a toda evidência, de extrema importância para a boa contratação e futura execução dos serviços contratados, daí porque negligenciá-los põe em risco o procedimento licitatório como um todo, a execução dos serviços, e, em última análise, a população como destinatária final de tais serviços, o que não se pode admitir.

## 5. PEDIDOS

Em face do exposto, **requer seja julgada totalmente procedente a presente Impugnação**, para que sejam reformadas as seguintes disposições editalícias acima impugnadas e passem a guardar consonância com o disposto na legislação pertinente, como apontado na presente petição.

Tendo em vista o caráter prejudicial da presente Impugnação, requer-se ainda seja a resposta divulgada antes do advento da entrega das propostas, marcada para o dia **29 de abril de 2022**.

Espera-se, aliás, que o Certame seja suspenso, enquanto não supridas as expressivas ilegalidades apontadas.

Termos em que pede deferimento.

Vitória, **XX** de abril de 2022.

---

**QUIRINO FERREIRA**



O documento foi adicionado eletronicamente por QUIRINO FERREIRA, CPF:  
\*\*\*.52.128-\*\* em 22/04/2022 22:55:23. Para verificar a autenticidade do documento, vá  
ao site <https://protocolo.vitoria.es.gov.br/validacao/> e utilize o código abaixo:  
85EAE61-6762-40FB-A5B0-7601ACD41D05